

Perda de qualidade

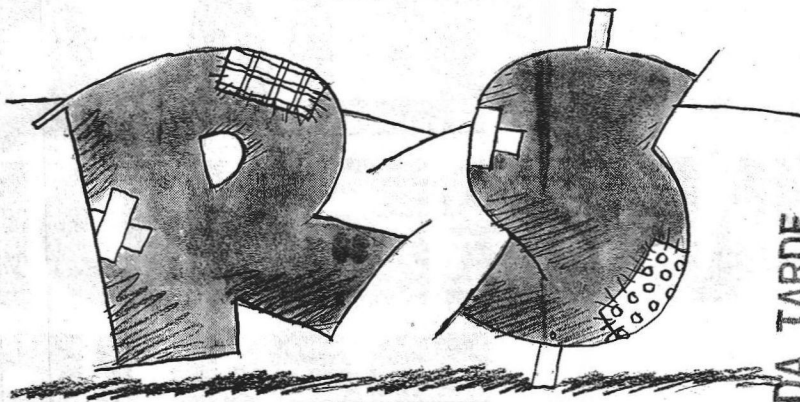
PAULO R. HADDAD

03 JUL 1995

Embora o Plano Real tenha obtido um grande sucesso na redução das taxas de inflação e mantido o crescimento da economia em ritmo muito elevado, podemos constatar que, nos últimos três meses, medidas têm sido tomadas que evidenciam a perda de qualidade na política econômica. Esta perda de qualidade pode ser constatada por meio de três indicativos: a inconsistência de objetivos; a ineficácia de instrumentos; o acúmulo de efeitos perversos politicamente desestabilizadores do plano.

Em primeiro lugar, é preciso registrar que a notável estabilidade de preços foi comandada predominantemente, de um lado, pelo congelamento durante um ano das tarifas e dos preços públicos e, do outro lado, pela crescente abertura externa da economia, combinada com uma taxa cambial nominal relativamente estável. A inflação residual, provocada principalmente pela elevação dos preços dos "bens domésticos", provocou uma valorização do real e trouxe a ameaça de uma crise cambial, que se tornou iminente a partir das conseqüências da crise do México sobre o comportamento dos fluxos de capitais internacionais de curto prazo. Ou seja, o objetivo do equilíbrio interno tem sido mantido com o agravamento cada vez mais inequívoco do desequilíbrio externo.

Para equilibrar esta inequação, o governo procurou preser-



É ABSOLUTAMENTE INDISPENSÁVEL
QUE O GOVERNO FEDERAL RETOME
A QUESTÃO FISCAL DE FRENTE E COM
DETERMINAÇÃO POLÍTICA

JORNAL DA TARDE

var, de alguma forma, a taxa nominal de câmbio, tentando, por meio de política macroeconômica de redução da demanda, melhorar a posição da balança comercial. Por dificuldades políticas para executar uma política fiscal mais austera que reduzisse o seu nível de dispêndio, optou por uma contração monetária que jogou as taxas de juros para as nuvens. Entretanto, a eficácia deste instrumento para resolver o problema é cada vez mais duvidosa, por diferentes motivos que podem ser observados empiricamente desde 1991: juros superiores a 4% ao mês geram uma redistribuição de renda dos orçamentos fiscais para os detentores diretos ou indiretos de títulos públicos, gerando uma

queda menor nos níveis de consumo por causa das expectativas do aumento atual da riqueza em torno de R\$ 4 bilhões ao mês; juros inadequados à estrutura de custos e de patrimônio das empresas provocam diminuição da produção, contraindo a oferta agregada e reduzindo sua eficiência para equilibrar a balança comercial; etc. Além deste instrumento de eficácia duvidosa, mencionam-se, na mesma linha, a utilização problemática de cotas de importação e o acionamento casuístico dos impostos de importação para reduzir o desequilíbrio externo.

Finalmente, quando a continuidade do sucesso de programa de estabilização exige, pela sua lógica interna, a persistência de

instrumentos inapropriados (taxas de juros absurdamente elevadas; câmbio real apreciado) por um longo tempo, surgem efeitos perversos, que acumulam insatisfações generalizadas entre atores sociais e políticos relevantes que começam a se mobilizar para mudanças na concepção do plano. Veja-se, por exemplo, o caso das taxas de juros que vêm perturbando a vida de pequenos e médios empresários e, especialmente, de governadores e prefeitos que têm uma dívida interna acumulada superior a R\$ 30 bilhões, a qual vem crescendo por força, não de novos déficits públicos, mas das próprias taxas de juros escorchantes que resultam da política monetária restritiva.

Neste contexto, é absolutamente indispensável que o governo federal retome a questão fiscal de frente e com determinação política para equacioná-la a partir do ano de 1996, a fim de evitar que a ausência de uma política fiscal mais dinâmica amare as mãos das autoridades econômicas, levando-as a tomar medidas que, crescentemente, gerem expectativas de uma aceleração inflacionária no segundo ano do Plano Real.

O AUTOR

Paulo R. Haddad
é economista
e ex-ministro
da Fazenda e
Planejamento

